

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	144.656	134.148	CIRCULANTE	299.067	306.408
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.439	550	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d)	5.363	4.730
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a)	111.000	90.271	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13d)	21.590	18.785
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	23.661	16.609	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 10)	272.042	282.804
Valores a Receber (Nota 7)	7.556	25.003	Outras Obrigações (Nota 11)	72	89
NÃO CIRCULANTE	3.520.587	3.017.753	NÃO CIRCULANTE	1.224.078	944.215
Realizável a Longo Prazo	129.371	84.318	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	102.393	83.546
Depósitos Judiciais	91.616	74.812	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 10)	415.699	329.636
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	8.637	9.506	Outras Obrigações (Nota 11)	705.986	531.033
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	29.118	1.715	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.142.098	1.901.278
Investimentos (Nota 8)	3.381.990	2.924.209	Capital Social (Nota 13a)	1.545.613	1.545.613
Intangível (Nota 9)	9.226	9.226	Reservas de Lucros (Nota 13c)	1.836.434	1.579.497
			Reserva de Capital (Nota 13e)	133.522	-
			Outros Resultados Abrangentes	19.279	(2.791)
			Ações em Tesouraria (Nota 13e)	(1.392.750)	(1.221.041)
TOTAL	3.665.243	3.151.901	TOTAL	3.665.243	3.151.901

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2013	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	355.226	289.705	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	476.039	381.385	
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 16)	(106.401)	(74.938)	
Despesas Tributárias (Nota 14)	(14.203)	(16.499)	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15)	(209)	(243)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	355.226	289.705	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	-	(182)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	355.226	289.523	

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 13b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 13b)	1,15	0,94

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2013	
Lucro Líquido	355.226	289.523	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22.070	(230.973)	
Total do Resultado Abrangente	377.296	58.550	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais									
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais	
			Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.545.613	-	77.267	1.361.918	228.182	(1.234.292)	-	-	1.978.688
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	289.523	-	289.523
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(230.973)	-	-	-	(230.973)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	58.550
Pagamento de Dividendos com Reservas	-	-	-	(200.000)	-	-	-	-	(200.000)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(212.772)	-	-	(212.772)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	72.889	-	226.023	-	-	298.912
Destinações: - Reservas	-	-	14.476	252.947	-	-	(267.423)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	(22.100)	-	(22.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.545.613	-	91.743	1.487.754	(2.791)	(1.221.041)	-	-	1.901.278
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	355.226	-	355.226
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	22.070	-	-	-	22.070
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	377.296
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(439.140)	-	-	(439.140)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	133.522	-	(72.889)	-	267.431	-	-	328.064
Destinações: - Reservas	-	-	17.761	312.065	-	-	(329.826)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(25.400)	-	(25.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.545.613	133.522	109.504	1.726.930	19.279	(1.392.750)	-	-	2.142.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital social daquela instituição. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimentos, e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação e disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por *impairment*.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados

como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

i) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b.

(ii) Juros sobre o capital próprio a pagar

O crédito por juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio está demonstrado na Nota 13d.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social estão apresentados na Nota 18.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 19.

4) GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos direto/ indiretos, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizados pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valores justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Depósito bancário	8	3
Fundos de investimentos financeiros (1)	2.431	547
Total	2.439	550

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Aplicação em operações compromissadas (1)	29.118	1.715
Total	29.118	1.715

(1) Referem-se a operações compromissadas com Lastro em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do DI, com vencimento para dezembro de 2016.

7) VALORES A RECEBER

Refere-se a contratos de mútuo, no montante de R\$ 7.556 (2013 - R\$ 25.003), atualizados pela taxa SELIC.

continua...

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 476.039 (2013 - R\$ 381.385); e
b) A composição do Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1)	5.900.000	12.971.849	1.851.549	148.802	26,07	3.381.990	2.924.209	476.039	381.385
Total						3.381.990	2.924.209	476.039	381.385

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014; e

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

9) INTANGÍVEL

O Intangível corresponde ao ágio de R\$ 9.226 (2013 - R\$ 9.226), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, decorrentes de ações da Nova Cidade de Deus Participações S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 272.042 (2013 - R\$ 282.804) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 415.699 (2013 - R\$ 329.636), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 72 (2013 - R\$ -89), referem-se a editais e publicações, e no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 705.986 (2013 - R\$ 531.033), referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em janeiro de 2016.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	83.546	60.165
Atualizações monetárias	6.324	4.360
Constituições líquidas de reversões e baixas	12.523	19.021
No final do período	102.393	83.546

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	97.168.566	102.309.465
Preferenciais	113.703.254	111.542.835
Subtotal - ações em circulação	210.871.820	213.852.300
Em tesouraria (ordinárias)	79.037.733	73.896.834
Em tesouraria (preferenciais)	19.167.357	21.327.776
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 1,15 (2013 - R\$ 0,94), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	355.226	289.523
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	1,15	0,94

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso no integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2014 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	355.226	
Reserva legal	(17.761)	
Base de cálculo	337.465	
Juros sobre o capital próprio (bruto) em 2014 (2)	25.400	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio - 15%	(3.810)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	21.590	6,4
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2013 (3)	18.785	6,8

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) Em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de dezembro de 2014, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 25.400, com base no lucro líquido do exercício de 2014; e

(3) Em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de dezembro de 2013, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 22.100, com base no lucro líquido do exercício de 2013.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração		Diretoria	
Presidente	Membros	Diretor-Presidente	Diretores
Lázaro de Mello Brandão	Antônio Bornia Mário da Silveira Teixeira Júnior João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz	Lázaro de Mello Brandão	Antônio Bornia Mário da Silveira Teixeira Júnior
Vice-Presidente		Diretor Vice-Presidente	
Luiz Carlos Trabuco Cappi		Luiz Carlos Trabuco Cappi	
			Marcos Aparecido Galende Contador CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

e) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 79.037.733 (2013 - 73.896.834) ações ordinárias e 19.167.357 (2013 - 21.327.776) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.392.750 (2013 - R\$ 1.221.041). Em 2014, foram alienadas ações em tesouraria, no montante de R\$ 328.063 (2013 - R\$ 298.912), que gerou lucro de R\$ 60.633 (2013 - R\$ 72.889). Em 2014, o saldo de R\$ 72.889, registrado na rubrica de Reserva de Lucros - Estatutária, foi reclassificado para a rubrica de Reserva de Capital, compondo o montante de R\$ 133.522.

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
COFINS	9.925	8.071
IOF	2.123	6.672
PIS	2.155	1.756
Total	14.203	16.499

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Editais e publicações	103	147
Serviços prestados por terceiros	106	49
Contribuição sindical patronal	-	47
Total	209	243

16) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Juros passivos, líquidos dos juros ativos	(119.639)	(77.932)
Rendimento de aplicação financeira em fundos de investimentos	13.238	2.994
Total	(106.401)	(74.938)

17) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	3	-
Outras obrigações/obrigações por recompra de ações:				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(367.896)	(28.857)	(225.917)	(9.875)
Titanium Holdings S.A.	(338.090)	(32.973)	(305.116)	(21.565)
Demais acionistas	(687.741)	(64.011)	(612.440)	(50.013)
Juros sobre o capital próprio a receber/(pagar):				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	111.000	130.588	90.271	106.201
Demais acionistas	(21.590)	(25.400)	(18.785)	(22.100)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	355.226	289.705
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(120.777)	(98.500)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	161.853	129.671
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(44.400)	(36.109)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	8.636	7.514
Outros	(5.312)	(2.758)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(182)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 50.426 (2013 - R\$ 44.161).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 23.661 (2013 - R\$ 16.609) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 8.637 (2013 - R\$ 9.506), referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

d) Impostos e contribuições a recolher


Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.363 (2013 - R\$ 4.730), referem-se a imposto de renda retido na fonte R\$ 1.553 (2013 - R\$ 1.233), e impostos de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio R\$ 3.810 (2013 - R\$ 3.315), imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social (2013 - R\$ 182).

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;
c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.
- A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.
- d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições; e
- e) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 23 de abril de 2015

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2014	2013		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	144.656	134.148	CIRCULANTE	299.067
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.439	550	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d)	5.363
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a)	111.000	90.271	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13d)	21.590
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	23.661	16.609	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10)	272.042
Valores a Receber (Nota 7)	7.556	25.003	Outras Obrigações (Nota 11)	72
NÃO CIRCULANTE	3.520.587	3.017.753	NÃO CIRCULANTE	1.224.078
Realizável a Longo Prazo	129.371	84.318	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	102.393
Depósitos Judiciais	91.616	74.812	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10)	415.699
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	8.637	9.506	Outras Obrigações (Nota 11)	705.986
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	29.118	1.715		
Investimentos (Nota 8)	3.381.990	2.924.209	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.142.098
Intangível (Nota 9)	9.226	9.226	Capital Social (Nota 13a)	1.545.613
			Reservas de Lucros (Nota 13c)	1.836.434
			Reserva de Capital (Nota 13e)	133.522
			Outros Resultados Abrangentes	19.279
			Ações em Tesouraria (Nota 13e)	(1.392.750)
			TOTAL	3.665.243
TOTAL	3.665.243	3.151.901		3.151.901

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	355.226	289.705
Resultado do Equivalência Patrimonial (Nota 8)	476.039	381.385
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 16)	(106.401)	(74.938)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(14.203)	(16.499)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15)	(209)	(243)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	355.226	289.705
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	-	(182)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	355.226	289.523
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 13b)	1,15	0,94
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 13b)	1,15	0,94

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido	355.226	289.523
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22.070	(230.973)
Total do Resultado Abrangente	377.296	58.550

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	355.226	289.705
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(476.039)	(381.385)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	108.722	83.124
Lucro Líquido Ajustado	(12.091)	(8.556)
(Aumento) em Ativos	9.160	5.368
Aumento em Obrigações	(20.060)	(17.614)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(20.060)	(17.614)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos	(78.195)	(85.064)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	90.271	84.517
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	12.076	(547)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo	111.000	237.866
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	(82.342)	8.522
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(18.785)	(230.260)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	9.873	16.128
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.889	(2.033)
Início do Exercício	550	2.593
Fim do Exercício	2.439	550
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.889	(2.033)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais									
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais	
			Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.545.613	-	-	77.267	1.361.918	228.182	-	-	1.978.688
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(230.973)	289.523	-	289.523
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.973)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	58.550
Pagamento de Dividendos com Reservas	-	-	-	-	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(212.772)	-	-	(212.772)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	72.889	226.023	-	-	298.912
Destinações: - Reservas	-	-	-	14.476	252.947	-	(267.423)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	(22.100)	-	(22.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.545.613	-	-	91.743	1.487.754	(2.791)	(1.221.041)	-	1.901.278
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	22.070	355.226	-	355.226
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	22.070
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	377.296
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(439.140)	-	-	(439.140)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	133.522	-	-	(72.889)	267.431	-	-	328.064
Destinações: - Reservas	-	-	-	17.761	312.065	-	(329.826)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(25.400)	-	(25.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.545.613	133.522	109.504	1.726.930	1.726.930	19.279	(1.392.750)	-	2.142.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital social daquela instituição. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimentos, e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação e disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por *Goodwill*. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 476.039 (2013 - R\$ 381.385); e

b) A composição do Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1)	5.900.000	12.971.849	1.851.549	148.802	26,07	3.381.990	2.924.209	476.039	381.385
Total						3.381.990	2.924.209	476.039	381.385

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014; e

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

9) INTANGÍVEL

O Intangível corresponde ao ágio de R\$ 9.226 (2013 - R\$ 9.226), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, decorrentes de ações da Nova Cidade de Deus Participações S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 272.042 (2013 - R\$ 282.804) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 415.699 (2013 - R\$ 329.636), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 72 (2013 - R\$ -89), referem-se a editais e publicações, e no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 705.986 (2013 - R\$ 531.033), referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em janeiro de 2016.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	83.546	60.165
Atualizações monetárias	6.324	4.360
Constituições líquidas de reversões e baixas	12.523	19.021
No final do período	102.393	83.546

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	97.168.566	102.309.465
Preferenciais	113.703.254	111.542.835
Subtotal - ações em circulação	210.871.820	213.852.300
Em tesouraria (ordinárias)	79.037.733	73.896.834
Em tesouraria (preferenciais)	19.167.357	21.327.776
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

b) Lucro por ação básico

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
COFINS	9.925	8.071
IOF	2.123	6.672
PIS	2.155	1.756
Total	14.203	16.499

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Editais e publicações	103	147
Serviços prestados por terceiros	106	49
Contribuição sindical patronal	-	47
Total	209	243

16) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Juros passivos, líquidos dos juros ativos	(119.639)	(77.932)
Rendimento de aplicação financeira em fundos de investimentos	13.238	2.994
Total	(106.401)	(74.938)

17) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	3	-
Outras obrigações/obrigações por recompra de ações:				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(367.896)	(28.857)	(225.917)	(9.875)
Titanium Holdings S.A.	(338.090)	(32.973)	(305.116)	(21.565)
Demais acionistas	(687.741)	(64.011)	(612.440)	(50.013)
Juros sobre o capital próprio a receber(pagar):				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	111.000	130.588	90.271	106.201
Demais acionistas	(21.590)	(25.400)	(18.785)	(22.100)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	355.226	289.705
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(120.777)	(98.500)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	161.853	129.671
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(44.400)	(36.109)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	8.636	7.514
Outros	(5.312)	(2.758)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(182)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 50.426 (2013 - R\$ 44.161).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 23.661 (2013 - R\$ 16.609) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 8.637 (2013 - R\$ 9.506), referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.363 (2013 - R\$ 4.730), referem-se a imposto de renda retido na fonte R\$ 1.553 (2013 - R\$ 1.233), e impostos de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio R\$ 3.810 (2013 - R\$ 3.315), imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social (2013 - R\$ 182).

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;
- b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;
- c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:
- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.
- A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.
- d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições; e
- e) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente	Membros
Lázaro de Mello Brandão	Antônio Bornia Mário da Silveira Teixeira Júnior João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz
Vice-Presidente	
Luiz Carlos Trabuco Cappi	

Domingos Figueiredo de Abreu Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas
--

Diretoria

Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretores Antônio Bornia Mário da Silveira Teixeira Júnior
Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	

Marcos Aparecido Galende
Contador CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 23 de abril de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP16720/O-1